

O estado da arte dos cursos brasileiros de pós-graduação em Comunicação

Wilson Gomes* e Sonia Virgínia Moreira**

Resumo

A situação dos cursos de pós-graduação nacionais e o sistema de avaliação vigente para os programas de mestrado e de doutorado e para as pesquisas produzidas no campo específico de Comunicação no Brasil estão entre os assuntos tratados nesta entrevista com o Prof. Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, desde 1999 coordenador da área de Ciências Sociais Aplicadas I junto à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Ensino Superior.

Palavras-chave: pós-graduação, Comunicação, Brasil

Resumen

La situación actual de los cursos nacionales de posgrado, los sistemas de evaluación existentes para los programas de maestría o doctorado y para las investigaciones producidas en el campo específico de la Comunicación en Brasil son algunos de los temas tratados en esta entrevista con el Professor Wilson Gomes, de la Universidad Federal de Bahia, desde 1999 responsable por la área de posgrado en Ciencias Sociales Aplicadas en Brasil.

Palabras-clave: posgrado, Comunicación, Brasil

Abstract

Since 1999 Professor Wilson Gomes, from the Federal University of Bahia, is the national coordinator for the area of Communications research and graduate courses in Brazil. In the following interview he discusses the present conditions of Brazilian graduate Communications programs, including the academic systems designed to evaluate Brazilian researchers' work on Communications and also the master and doctoral programs in this specific field of knowledge.

Keywords: graduate courses, Communications, Brazil

* Wilson Gomes é professor da Universidade Federal da Bahia, e coordenador da Área de Ciências Sociais Aplicadas I junto à CAPES.

**Sonia Virgínia Moreira é jornalista, professora da Faculdade de Comunicação Social e Coordenadora Pedagógica do Centro de Tecnologia Educacional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e editora da RBCC.

Sonia V. Moreira – *Há quanto tempo você assumiu a representação da área de Comunicação na CAPES?*

Wilson Gomes – Tomei posse como representante de área em 27 de agosto de 1999. Quando assumi a função de representante de área, vinha já de uma experiência de mais de cinco anos como consultor *ad hoc*, como membro de comissões científicas e de grupos de consultores responsáveis pela emissão de pareceres sobre projetos, auxílios, bolsas, programas de pós-graduação. Com o propósito de estruturar e delimitar os âmbitos de competência de suas comissões científicas e grupos de consultores, a CAPES distribuiu o conjunto das áreas de conhecimento em 44 chamadas *áreas de avaliação*, cada uma delas sob a responsabilidade de um representante de área. A área de conhecimento de Comunicação situa-se no interior da área de avaliação, sob minha responsabilidade no momento, chamada Ciências Sociais Aplicadas I, que inclui, além disso, Ciências da Informação, Desenho Industrial e Museologia.

Sonia V. Moreira – *E como tem sido a sua rotina de trabalho nesse período?*

Wilson Gomes – Uma grande parte da minha atividade acontece ao sabor das demandas e calendários dos editais, chamadas e julgamentos da agência. A representação de área, na CAPES, ocupa um lugar intermediário no sistema que a agência criou e mantém tanto para a avaliação e acompanhamento de todos os programas aprovados e incluídos no sistema nacional de pós-graduação, quanto para a análise e avaliação de todo e qualquer projeto e solicitação, relacionados à formação de pessoal do ensino superior ou à rede da pós-graduação, que lhes são apresentados. No que se refere ao primeiro aspecto, o representante de área é responsável por montar e coordenar as comissões de especialistas responsáveis: pelo julgamento das propostas de novos cursos ou programas apresentados pelas instituições universitárias à CAPES para serem inseridos no sistema nacional de pós-graduação e, principalmente, pela avaliação e classificação dos programas de pós-graduação já inseridos no sistema. São duas comissões de cursos novos por ano e uma avaliação anual. A avaliação anual dos programas por dois anos consecutivos considera apenas os relatórios produzidos pelo programa referentes a um ano de exercício e tem por finalidade acompanhar o desempenho dos programa e oferecer-lhe indicativos para que implemente mudanças ou corrija os rumos se for o caso – a chamada “avaliação continuada”. No terceiro ano da série acon-

tece a avaliação propriamente dita, em que se considera o conjunto dos relatórios do triênio e mais os relatórios de visitas dos consultores. É nesta última avaliação que os programas recebem um conceito, que permanecerá até a próxima avaliação trienal. O representante de área é responsável, ainda, pela realização de visitas ao programa para verificar, *in loco*, as condições e a situação do programa. Tais comissões se destinam tanto aos cursos novos, quando se julga oportuno, quanto aos programas já no sistema, uma vez em cada triênio. Para a comunidade envolvida com a pós-graduação essa é, provavelmente, a face mais visível do trabalho do representante de área e aquela que torna o seu trabalho submetido a todo o tipo de pressão.

Sonia V. Moreira – *E quanto ao outro aspecto das suas atividades, de análise e avaliação de projetos e solicitações relacionados à formação de pessoal do ensino superior ou à rede da pós-graduação?*

Wilson Gomes – No que se refere ao segundo aspecto do papel do representante no sistema da agência, ele indica os consultores *ad hoc* e as comissões de consultores para a análise de qualquer projeto ou demanda à CAPES na área de avaliação sob sua responsabilidade. Nesse caso, a sistemática de trabalho se organiza diferentemente entre o que chamo de “tempo comum” e “tempos fortes”. De um lado, temos o fato de que toda solicitação à CAPES (bolsas, auxílios, projetos, apoios, etc.) que precisa se submeter a uma avaliação de mérito é dada à apreciação de dois consultores *ad hoc* vinculados ao corpo de consultores credenciados da agência, composto a partir de indicação da comunidade científica e indicados, caso a caso, pelo representante de área. Os pareceres emitidos pelos *ad hoc* são analisados e julgados pelo representante de área, que recomenda ou não a sua aprovação ou decide por um ou outro parecer quando são contraditórios. Este tipo de atividade é contínua – pois há sempre um pedido de auxílio à realização de eventos, auxílio a viagens para congressos, uma demanda de balcão para estágio no exterior dos nossos doutorandos, etc. – e faz parte de uma rotina de intervenções pelas quais é preciso estar praticamente uma vez a cada dois meses em Brasília. Há, além disso, os “tempos fortes” do calendário, como os períodos em que se montam comissões de trabalho para o julgamento dos projetos de convênios de cooperação internacional, as propostas de mestrado interinstitucional, os pedidos de bolsa do PEC/PG (programa da CAPES e do Ministério de Relações Exteriores que oferece

bolsas de mestrado e doutorado no Brasil a estudantes estrangeiros) e a demanda de bolsas para doutorado no exterior. O trabalho do representante, nesse caso, consiste em montar comissões de especialistas e em coordenar e acompanhar a sua atividade de julgamento de mérito e do seu escalonamento de prioridades.

Sonia V. Moreira – *O acompanhamento da produção dos bolsistas de pós-graduação também faz parte da sua rotina?*

Wilson Gomes – O quadro se completa com a atividade de acompanhamento dos bolsistas. Os doutorandos brasileiros com estágio no exterior, os bolsistas de doutorado pleno no exterior, os bolsistas do PEC/PG e as equipes nacionais e estrangeiras que têm convênios apoiados pela CAPES e suas parceiras internacionais são obrigados a apresentar detalhados relatórios anuais de atividades. Esses relatórios são enviados a um consultor *ad hoc*, que emite um parecer cuja aprovação ou não depende de exame e recomendação do representante de área. Supõe-se, ademais, que em toda e qualquer circunstância o sistema prevê a existência de procedimentos de revisão e supervisão de pareceres e decisões e que cabe ao representante indicar novos consultores ou novas comissões ou reexaminar, ele mesmo, as questões apresentadas pelo reclamante. Assim, o representante de área é o coordenador de todas as atividades de análise e avaliação de sua área, responsável, diante da agência e da comunidade científica, pela elaboração de parecer conclusivo e pela decisão quanto ao escalonamento das prioridades correspondentes ao mérito acadêmico das solicitações e dos programas apresentados ao sistema nacional de pós-graduação. O trabalho é incessante, não é remunerado e equilibra-se precariamente entre a agência e a comunidade científica, sofrendo as pressões provenientes de ambos os lados. A comunidade científica parece entendê-lo como representante da agência, uma espécie de posto-avançado da instituição governamental regulamentadora no meio da comunidade, freqüentemente tratado com a hostilidade ou temor reservado a esta; as instâncias efetivamente decisórias da agência consideram-no representante da comunidade científica das áreas, uma espécie de consultor geral sempre à mão, que dá legitimidade ideológica ao trabalho da agência, mas que tem o seu parecer circunscrito às esferas da mera avaliação do mérito, sempre contingenciado aos demais condicionantes da atuação da agência (os automatismos burocráticos do sistema, que separam avaliação e fomento;

a quantidade de recursos financeiros disponíveis; as normas que regem cada instrumento; etc.).

Sonia V. Moreira – *Mas você como representante de área também é responsável por outros tipos de avaliação...*

Wilson Gomes – Além desse conjunto de atividades de avaliação e acompanhamento, tenho me envolvido em outros tipos de intervenção na área de avaliação sob minha responsabilidade, que exige uma sistemática de trabalho completamente diversa desta primeira. Menos visível, mas certamente mais gratificante, é, por exemplo, a atividade de subsidiar as instituições de ensino ou as equipes de pesquisa na formulação de projetos de cursos e programas de pós-graduação novos ou na reformulação ou ajuste de programas já estabelecidos. Já estive em cada um dos 14 programas da área de conhecimento de comunicação que estão no sistema nacional de pós-graduação discutindo os critérios e sistemática da avaliação, buscando, por um lado, que os princípios que os orientam possam decorrer de um consenso argumentado e consistente da comunidade científica e, por outro lado, que tais princípios, assim estabelecidos, se efetivem em políticas de qualificação do padrão da pós-graduação brasileira da área. Alguns desses programas e muitos outros que estão ou estiveram elaborando propostas de programas ou cursos novos, visitei para discutir as propostas, examinando a sua consistência e coerência, indicando aspectos que deveriam ser levados em conta e apresentando o estágio e critérios da avaliação dos programas atualmente executados.

Sonia V. Moreira – *Toda essa movimentação e trabalho em várias frentes como coordenador de área indica a consolidação de uma política de pós-graduação bastante clara e consistente não apenas para o campo das Ciências Sociais mas também para o da Comunicação em particular, você concorda?*

Wilson Gomes – Em coerência com esse tipo de atividade, a representação de área tem efetivamente colaborado, trabalhando juntamente com as coordenações de programa e com a COMPÓS ou ANCIB, na definição da política de pós-graduação das áreas de conhecimento incluídos no seu campo de competência. O trabalho conjunto, em reuniões semestrais, tem sido muito proveitoso para atingirmos, pelo menos, três objetivos: em primeiro lugar, fazer com que critérios de avaliação e acompanhamento aplicados na área decorram necessária e coerentemente de prin-

cípios compartilhados que, por sua vez, sustentam as políticas que se implementam ou devem ser implementadas nos programas; em segundo lugar, discutir os princípios que orientam a avaliação, de forma a encontrar a correta mediação entre o estágio institucional em que se situa o sistema geral de pós-graduação sob responsabilidade da CAPES e as especificidades de interesses, características e propriedades das áreas de conhecimento incluídas nesta área de avaliação, o que deveria permitir que a área não retrocedesse em face do estágio consolidado da pós-graduação brasileira e ao mesmo tempo firmasse a sua especificidade no interior do sistema nacional de pós-graduação; e, em terceiro lugar, compartilhar o conhecimento dos procedimentos, critérios e princípios de avaliação e acompanhamento com o maior número possível de membros das comunidade científica das áreas sob a competência desta representação. Isso deveria permitir que um número sempre maior de docentes e pesquisadores de alto nível da pós-graduação da área de avaliação se comprometessem com a formulação e implementação de políticas de pós-graduação, deveria possibilitar a apresentação e a discussão leal da própria perspectiva por parte de grupos e correntes existentes nas áreas e deveria reduzir o grau de "esoterismo" (e, por conseguinte, de controle) que é gerado quando pesquisadores, docentes e, até mesmo, coordenadores estão cognitivamente muito distantes das rotinas de trabalhos e dos critérios praticados pelas instâncias da avaliação. Em suma, a função de representante de área exige uma rotina de trabalho de especialista, de interlocutor da agência, de coordenador das comissões e, por fim, de articulador das políticas da área e dos interesses da área com os interesses comuns ao sistema de pós-graduação. Isso exige uma quota imensa de tempo, verbo, energia e paciência. E uma dedicação que, a depender do estágio de consolidação acadêmica ou pacificação política da área, tende a ser exclusiva.

Sonia V. Moreira – *A partir das observações "in loco", qual é a sua opinião geral sobre a situação da pós-graduação em Comunicação hoje no Brasil?*

Wilson Gomes – Penso que existam duas formas de se emitir um juízo sobre a situação da pós-graduação em Comunicação no Brasil hoje: considerá-la à luz das funções que deveria cumprir; e avaliá-la à luz do padrão que no momento se considera ideal para todo o sistema nacional de pós-graduação. Vou me restringir aqui ao primeiro aspecto, esperando ter outra oportunidade para considerar o segundo. No que tange ao pri-

meiro aspecto, a pós-graduação *sensu stricto* deveria, no meu modo de entender, cumprir duas funções precípuas, igualmente indispensáveis: capacitar e titular o pessoal docente e técnico do ensino superior em comunicação; e fomentar a realização de pesquisa científica com o propósito de consolidar o campo de conhecimento da Comunicação e de fazer avançar o estado da arte nesse campo, ou seja, estabelecer os estoques cognitivos consolidados e incrementar tais estoques.

Sonia V. Moreira – *Qual é o contexto atual brasileiro da capacitação e da titulação do pessoal docente e técnico no área de Comunicação?*

Wilson Gomes – No que se refere a essa função, devemos partir do fato de que, atualmente, a área de conhecimento da Comunicação no Brasil se compõe de 14 programas de pós-graduação *stricto sensu* aprovados e avaliados pela CAPES. Em novembro de 2000, nove destes são programas completos, isto é, compostos de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos. Há, além disso, alguns poucos cursos de mestrado já implantados, mas que estão fora do sistema nacional de pós-graduação ou porque a sua proposta não foi aprovada pelas comissões da área ou por não terem submetido a sua proposta à agência. Pelos dados da última avaliação continuada, referente a 13 programas e ao ano de 1999, temos atualmente uma comunidade científica de cerca de 2.400 pessoas, entre docentes e discentes, envolvidas no sistema nacional de pós-graduação em Comunicação. São 182 docentes nos 13 programas sob avaliação, computados apenas aqueles com vínculo e dedicação institucional adequados ao núcleo principal de referência docente. Se computarmos todos os que participam como docentes destes programas chegamos ao número de 320 pessoas. A comunidade discente foi composta, em 1999, por exatos 2.136 pós-graduandos, dos quais 647 eram doutorandos e 1.489 mestrandos, incluindo-se nestes as turmas fora da sede provenientes de mestrados interinstitucionais ou por convênio. É um volume considerável de gente, energia e recursos.

Sonia V. Moreira – *O que esse quadro nacional da pós-graduação representa em termos de avanço para a graduação na área de Comunicação?*

Wilson Gomes – Se avaliarmos esses dados do ponto de vista da graduação, o volume da pós-graduação *stricto sensu* é ainda insuficiente para ter uma dimensão adequada para, pelo menos, a formação do pessoal docente das habi-

litações. Eu tenho dados do SESU de 1998, portanto hoje subestimados, em que consta a existência de 164 cursos de graduação em Comunicação no Brasil, com a oferta total de 376 habilitações na área. Além disso, a demanda de reconhecimento de cursos novos na área de comunicação vem se mantendo muito alta nas últimas décadas. Num exercício de imaginação matemática – sempre arriscado, mas de alguma utilidade – podemos imaginar, bem modestamente, um conjunto exclusivo de cerca de 10 professores para cada habilitação. Teríamos um universo de quase 4.000 docentes. O que significa uma gigantesca – e crescente – comunidade docente de graduação. Mantidas na área as proporções de titulação do pessoal docente do ensino superior no Brasil – e não há qualquer razão que autorize um raciocínio em contrário – os doutores não devem chegar a 30% do total, os mestres não chegam à metade do corpo docente. Isso representa uma demanda urgente de qualificação e titulação que o sistema nacional de pós-graduação em Comunicação precisa estar em condições de assumir. O conjunto dos programas de Comunicação do sistema nacional de pós-graduação titularam, no ano de 1999, 356 estudantes, num total de 273 mestres e 83 doutores. É muito, em comparação com o quadro existente há apenas alguns anos. É muito pouco, do ponto de vista dessa demanda indicada antes. Continuando o nosso exercício de fantasia estatística e mantidas as condições atuais, seriam precisos 33 anos para que o sistema conseguisse terminar de doutorar todos os docentes necessários à graduação em Comunicação. É verdade que a maior parte dos doutorados é recente, não funcionando ainda na plenitude de sua capacidade, é verdade que tende a aumentar com o incremento das titulações promovidas pelo próprio sistema, é verdade ainda que a área conta com a contribuição de áreas afins na formação de pessoal docente. Mas é igualmente verdade que a demanda é crescente em face da magnitude da pressão para o aumento da graduação em Comunicação, é verdade que grande parte dos titulados em nossos programas se destinam à graduação em áreas afins e, sobretudo, é verdade que não obstante todos os atenuantes, o sistema precisaria multiplicar-se muitas vezes para atingir um volume próximo do adequado para satisfazer apenas à sua função de qualificação dos docentes dos cursos de graduação.

Sonia V. Moreira – *E quanto à outra função dos cursos de pós-graduação, de incentivar a realização de pesquisa científica com o propósito de consolidar o campo de conhecimento da Comunicação?*

Wilson Gomes – No que se refere à segunda função da pós-graduação *stricto sensu*, há que se partir do fato de que quase 100% da pesquisa brasileira na área de comunicação é realizada no interior dos programas de pós-graduação. E em um volume importante, a acreditar-se nos dados dos relatórios dos programas. No ano de 1999, por exemplo, os 13 programas avaliados declararam que os seus docentes realizaram 476 projetos de pesquisa, 80 dos quais foram concluídos neste ano e 396 continuam em andamento. O total de 476 projetos de pesquisa sênior é uma quantidade impressionante. Some-se a isso, 647 pesquisas de doutorandos e 1.489 pesquisas conduzidas por mestrandos e teremos o total de 2.612 projetos de pesquisas acontecendo ao mesmo tempo em nossa área de conhecimento. Mesmo se descartássemos as pesquisas de mestrandos, por incipientes e por não conterem a obrigação de fazer avançar o estado da questão, ainda assim teríamos 1.123 projetos de pesquisas que teriam como propósito e consequência a sedimentação do campo e o avanço do estágio do conhecimento na área.

Sonia V. Moreira – *Os números apresentados sem dúvida confirmam um avanço. Agora, concretamente, o crescimento registrado na produção significa que o campo específico da Comunicação no Brasil já pode ser considerado uma área de estudos consolidada e sedimentada em termos acadêmicos e científicos?*

Wilson Gomes – Não obstante o crescimento do sistema nacional de pós-graduação em Comunicação e apesar do significado e alcance nesse sentido das reuniões anuais dos grupos de trabalho da COMPÓS e de algumas sociedades científicas da área, notadamente a INTERCOM, um diagnóstico sincero sobre a área constataria que em média estamos ainda distantes da consolidação e sedimentação do campo acadêmico e científico. Além disso, mesmo naqueles setores onde o campo está mais consolidado, dificilmente se pode creditar tal fato à pesquisa em Comunicação realizada na área e no Brasil. Conseqüentemente, há muito pouco volume de pesquisa brasileira de ponta, ou seja, daquela pesquisa capaz de fazer avançar o campo do conhecimento puxando as suas fronteiras e limites para além do estágio atual. Prova a pouca importância da pesquisa brasileira para a consolidação do campo o fato de o ensino básico de Comunicação no Brasil depender fundamentalmente de bibliografia estrangeira e/ou proveniente de pesquisadores situados em outras áreas de conhecimento. Em outros termos, a bibliografia básica da formação em Comunicação ainda não se

origina, em sua parte mais substancial, da pesquisa produzida no sistema nacional de pós-graduação da área. E sem esta sedimentação essencial é difícil imaginar que se possa explorar a pesquisa avançada, aquela que supõe o domínio do estado da arte, trabalhando nas fronteiras e limites para estendê-los. A maior parte da nossa pesquisa gira e regira em torno dos mapeamentos e reconhecimentos de especialidades ou de temas. Isso quer dizer que os nossos pesquisadores empregam a maior parte das suas energias pesquisando a pesquisa dada e produzida alhures, para tentar reconhecer pelo menos o *status questionis* de um objeto específico. Ora, numa área consolidada isso não deveria ser objeto de pesquisa sênior, sendo uma função – importante, diga-se de passagem – atribuída, por exemplo, às pesquisas para dissertações de mestrado. Para mim, o fato de que façamos substancialmente pesquisas de reconhecimento de campos como pesquisa sênior nos programas de pós-graduação é um sintoma claro da ainda pequena consolidação da área científica.

Sonia V. Moreira – *E o que falta à área e aos seus programas para que esse quadro se modifique?*

Wilson Gomes – Falta, em primeiro lugar, uma autêntica cultura acadêmica de pesquisa, na forma de compreensões, hábitos e valores compartilhados. Por exemplo, tendencialmente em nossos programas é pesquisador quem se declara pesquisador e é pesquisa o que ele declara ser pesquisa. Como não há parâmetros consistentes sobre a natureza da pesquisa compartilhados e vividos na área, a instância de legitimação e autorização da pesquisa e do pesquisador é a auto-proclamação, que se orienta por uma compreensão freqüentemente duvidosa do que é projeto de pesquisa sênior e do tipo de conhecimento que esta deveria produzir. Raramente há instâncias internas e efetivas que selecionem, acompanhem e avaliem as pesquisas do programa. Além disso, mais comum do que seria sensato desejar, que se apresente como projeto de pesquisa docente tanto algo de alcance extremamente curto como estudos e levantamentos pontuais sobre um objeto específico quanto algo de tal amplitude que só poderia configurar uma linha de pesquisa ou uma área de interesse. Nesse mesmo sentido, freqüentemente não se separa a pesquisa científica (especulativa, empírica ou experimental) da pesquisa de desenvolvimento de produtos ou, mais grave ainda, de meras enquetes e levantamentos. Por fim, faltam sobretudo valores comuns. De alguma maneira, a cultura

dos programas valoriza o bom professor e o bom orientador, mas não se pode reconhecer em geral uma mentalidade capaz de identificar, reconhecer e distinguir a qualidade e valor relativo de cada um dos seus pesquisadores. Falta à mentalidade dos programas, em geral, uma idéia clara e efetiva de pesquisa cumulativa. Ou se desconhece o trabalho anterior ou ele é de tal forma pouco confiável em seus resultados que os nossos pesquisadores estão sempre começando de novo o trabalho da produção de conhecimento sobre um tema ou especialidade. Desse modo é praticamente impossível estabilizar um campo de pesquisa com um volume suficiente de conhecimento consolidado, isto é, testado, avaliado e aceito pela comunidade de pesquisa.

Sonia V. Moreira – *Essa situação afeta de maneira contundente o que poderíamos identificar como a cultura de pesquisa na área da Comunicação.*

Wilson Gomes – Se pensarmos do ponto de vista da área como um todo, faltaria talvez, racionalidade ou política de pesquisa. Temos ao mesmo tempo campos com saturação tendencial (geralmente em volume, raramente em consistência) e, como é mais comum, campos pouco consolidados e campos não pesquisados mas que são muito importantes social e academicamente. A causa disso nos leva de volta à deficiente cultura de pesquisa que se vivencia nos programas, à medida que cada um pode decidir o seu campo de pesquisa segundo seu capricho e sua volubilidade essencial. Faltam, enfim, esferas públicas consistentes e dotadas de uma cultura de pesquisa adequada para apresentação, discussão e reconhecimento da pesquisa em Comunicação realizada no nosso sistema nacional de pós-graduação. Tenho tido a oportunidade de examinar os projetos de dezenas de congressos e seminários, mesmo os internacionais, realizados na área e creio que não estarei sendo leviano se afirmar que a maior parte deles infelizmente tem pouco valor científico como divulgação e debate da pesquisa, principalmente da pesquisa de ponta. Aqui nos encontramos freqüentemente com um círculo algo vicioso, pelo qual os congressos e seminários não estimulam a autêntica pesquisa madura porque não sabem como acolhe-la nem oferecem oportunidades diferenciadas para a sua discussão e, complementarmente, não reservam espaços condignos para a discussão da pesquisa de ponta porque ela existe em pequeno volume e pequeno alcance. Os congressos e seminários da área cristalizaram-se numa fórmula baseada em palestras, mesas-redondas e sessões de apre-

sentação de trabalhos. As palestras e mesas-redondas são, na maior parte das vezes, espaços performáticos reservados aos ensaios orais sobre temas do momento e do interesse de um grande público não-especializado. A descoberta científica não é convidada e seria considerada intrusa num momento reservado às interpretações abstratas e especulativas do mundo e dos fenômenos da Comunicação. As sessões de apresentação de trabalho, que presumivelmente as abrigaria, é um espaço reduzido, hierarquicamente menor, que abriga, acolhe e mistura, democraticamente, nos seus férreos vinte minutos, titubeantes apresentações de garotos de iniciação científica e de mestrandos sobre os seu encantamento com o saber e notícias de pesquisa de doutorandos e pesquisadores seniores. Que diferença faz, se afinal não há mesmo mais ninguém para ouvi-los?

Sonia V. Moreira – *Ainda assim, considerando a fraca consistência científica de alguns eventos, os encontros e seminários que acontecem no Brasil constituem espaços importantes para a circulação da produção nacional na área, não acredita?*

Wilson Gomes – Argumenta-se que a verdadeira importâncias de tais congressos e seminários seja os assim chamados contatos entre os pesquisadores. Mas se não há volume de pesquisa sedimentada, se são poucas ainda as equipes de pesquisa avançada no Brasil, então os tais contatos não poderão mesmo produzir algum efeito importante sobre a pesquisa. Podem ser úteis para desenvolver acordos de cooperação administrativa ou de política de pós-graduação – o que não é pouco –, mas para a pesquisa mesma fazem muito pouco. Não é à toa que os convênios internacionais patrocinados pela CAPES e parceiras de outros países, que supõem trocas efetivas entre equipes de pesquisa amadurecidas, vivam às moscas na área de Comunicação, tal a falta de demandas reais e consistentes pelos grupos de pesquisa da área. Isso não obstante todos os seminários, congressos e contatos.

Sonia V. Moreira – *No âmbito da produção acadêmica de Comunicação, qual é a sua visão de conjunto da publicação de pesquisas em periódicos científicos nacionais?*

Wilson Gomes – Esse é um instrumento importante, principalmente a publicação em revistas. Mas aqui haveria muito a ser dito. Brevemente, vale dizer que a maior parte da pesquisa realizada na área não resulta em qualquer publicação. Tenho realizado um cruzamento entre pesquisas

declaradas e as publicações do pesquisador nos cinco anos seguintes e faço essa constatação consternado, mas é isso efetivamente o que se passa. Fico sempre me perguntando para onde vai o conhecimento depois que a pesquisa é realizada, se não vai ao congresso ser apresentada e discutida nem é publicada para permitir a discussão dos pares. E qual o sentido de uma pesquisa cujo conhecimento resultante parece desaparecer? Outra constatação que faço: a maior parte da publicação dos docentes da área é de ensaios e não de artigos vinculados a dados de pesquisa, mesmo que fosse de uma pesquisa especulativa. São ensaios provenientes da cultura e do estro do autor e não apoiada sobre uma pesquisa exaustiva, cuidadosa e de ponta. Quanto às nossas revistas, circulam pouco e seus artigos são pouco utilizados como fonte e referência para outros artigos. Não é dominante o exame crítico do estado a que um pesquisador levou uma questão por parte do outro pesquisador que se debruça sobre o mesmo problema. Se você depender da crítica dos seus artigos para amadurecer uma questão nunca vai sair do mesmo lugar, não há *feedback*, não há retroalimentação – inventamos a pesquisa autista, cada pesquisador está só no mundo e aparentemente só publica por imperativo do relatório ou para, como diz Pessoa, provar a si mesmo que é sublime. Em suma, temos muito caminho ainda a percorrer.

Quem é Wilson Gomes

O professor Wilson da Silva Gomes, vice-diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, é graduado em Teologia e Filosofia, mestre e doutor em Filosofia pela Pontificia Università San Tommaso D'aquino (Itália) e tem pós-doutorado na área de Cinema pela Universidade de São Paulo.



Entre outubro de 1993 e setembro de 1997, foi coordenador do programa de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da UFBA, onde atualmente trabalha com duas linhas de pesquisa: Política e Democracia na Idade Mídia e Metodologia da Análise Fílmica. No curso de pós-graduação da FACOM, orientou nove dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. Na graduação ministra disciplinas como Teorias da Comunicação, Teorias e Métodos de Pesquisa em Comunicação, Fundamentos da Comunicação Humana, Semiótica e Ética e Legislação. Além disso, atua como orientador de iniciação científica e de trabalhos de conclusão de curso na graduação da UFBA, a maioria tendo como objeto de estudo a narrativa e o cinema.

O professor Wilson Gomes é autor do livro *Construtibilidade Sócio-Simbólica do Real* (1991) e de uma dezena de capítulos de livros, entre os quais "Esfera pública, política e mídia. Com Habermas, contra Habermas", "Duas premissas para a compreensão da política espetáculo", "Cinco tesis equivocadas sobre las nuevas sectas populares", "Estratégia retórica e ética da argumentação na propaganda política" e "Nem anjos, nem demônios. Estudo antropológico da Igreja Universal do Reino de Deus".

Desde 1999, o Prof. Wilson Gomes exerce a função de coordenador da área de Ciências Sociais Aplicadas I da CAPES, que inclui o campo da Comunicação. Nessa função, viaja por todo o país em permanente contato com os programas de pós-graduação brasileiros e é basicamente dessa experiência singular que ele trata na entrevista deste número da *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*.

COMENTÁRIOS

